

Resgatar a independência da Fenajufe e defender todos os direitos dos servidores

O 8º Congresso da Fenajufe acontecerá de 26 a 30 de abril, em Caeté, Minas Gerais. É o momento para servidores do Judiciário Federal e do MPU refletirem sobre a organização sindical da categoria e a federação.

O que aconteceu com a campanha pelo PCS nos últimos anos? Qual a relação entre a atuação da direção da Fenajufe, cujo setor majoritário é ligado ao governo, e o resultado desta luta? Por que essa direção sindical foi incapaz de garantir a unidade nacional da categoria por seus direitos?

Em todo o mundo, aplica-se uma política econômica que usa a 'crise' para cortar direitos.

No Brasil, o governo que quer fazer estes cortes tem a CUT como aliada até em propostas que põem em risco garantias trabalhistas históricas - como quando querem que o 'negociado se sobreponha ao legislado.

É urgente eleger uma nova direção, romper com a CUT e o governo e resgatar a Fenajufe democrática e autônoma para organizar as lutas. Preparar com o funcionalismo a campanha salarial pela data-base. Defender a partidaridade entre ativos e aposentados. Construir um plano de carreira que valorize o servidor e una a categoria. E jamais se curvar a quaisquer governos.

8º Congresso Nacional da categoria é o momento de unir os trabalhadores do Judiciário e do MPU. E resgatar a autonomia e a independência da federação diante de governos e administrações de tribunais, para organizar as lutas em defesa de todos os direitos dos servidores. Participe.



Defesa da anulação da reforma da Previdência e desfiliação da CUT vão ser temas do congresso

Campanha quer anular a reforma que reduziu as aposentadorias e privatizou a Previdência. A CUT se recusa a participar: optou por defender a anulação do julgamento do STF - a CUT e o PT promovem atos neste sentido, como o realizado em Brasília e que teve a presença do deputado Policarpo (PT), ex-dirigente da Fenajufe e Sindjus-DF (na foto, com o ex-ministro José Dirceu). Páginas 7 e 8



Participe da assembleia de seu estado que elegerá os delegados ao Congresso da Fenajufe. E ajude a fazer esta história.



Dilma governa contra servidores

Governo desrespeita data-base, amplia privatizações e ataca direitos trabalhistas e previdenciários, enquanto transfere dinheiro público para grandes grupos privados

A transferência de dinheiro públicos para grandes grupos privados não pára. Seja pelos empréstimos subsidiados do BNDES, a desoneração e renúncia fiscal ou o pagamento de juros das dívidas públicas. Ou ainda por meio de privatizações sem risco, nas quais o Estado não só financia como garante o lucro até quando o negócio vai mal.

Enquanto sobram recursos para saciar o capital privado, o cenário é outro quando se trata de valorizar os serviços públicos.

Corte de direitos trabalhistas

É só olhar os projetos do governo que tramitam, foram recém-aprovados no Congresso ou estão sendo elaborados: congelamento salarial, restrição ao direito de greve, quebra da estabilidade e privatização e insegurança para a aposentadoria do servidor com a criação do Funpresp.

O governo também tenta privatizar os hospitais universitários, com a exclusão do servidor estatutário, e está ampliando a privatização de portos, aeroportos e estradas.

Alguns ataques nasceram das próprias centrais que apóiam o governo, caso da proposta da CUT de redução de direitos trabalhistas com o Acordo Especial de Trabalho. E da substituição do fator previdenciário pela fórmula 85/95 para as aposentadorias - defendido pela CUT, CTB e outras centrais governistas - proposta convertida pelo governo para 95/105 - o que sepultaria o direito à aposentadoria de muitos (o fator previdenciário precisa acabar, mas sem trocá-lo por algo ainda pior).

Paralelo a isso, o governo concentra cada vez mais a sua política social no assistencialismo - enquanto quase zerou a redistribuição de terras para reforma agrária, com índices piores que os da gestão tucana de FHC.

A propaganda e aspectos da economia fazem com Dilma ainda tenha popularidade. Mas ela governa contra os trabalhadores.

'Família amiga' Eike

De 2006 para cá, Lula e Dilma transferiram R\$ 10 bilhões dos cofres públicos para as empresas de Eike Batista, por meio do BNDES; o valor é mais da metade do orçamento do Bolsa Família do ano passado: R\$ 18,7 bilhões para atender 13,6 milhões de famílias.

Foto Valcir Araujo



Ato dos servidores do Judiciário e MPU em frente ao Palácio do Planalto, na greve de 2012

Desoneração para empresas em 2013 custa 5 vezes mais que gastos com reajuste de servidor

A renúncia a receitas tributárias prevista para 2013 será, no mínimo, cinco vezes superior ao custo estimado da aplicação do reajuste salarial para todos os servidores públicos federais no mesmo período.

Em comparação à aplicação do aumento apenas para o Judiciário Federal e o MPU, o custo da desoneração sairá 28 vezes mais caro para a União.

As desonerações tributárias be-

neficiam principalmente grandes empresários, nacionais ou estrangeiros. Dentre elas, está a que livra setores da economia de pagar os 20% sobre a folha de pagamento a título de contribuição previdenciária para os seus empregados.

De acordo com dados da Receita Federal, a previsão é de que as desonerações custem aos cofres públicos R\$ 53,2 bilhões em 2013. No ano passado, o perda de arre-

cação estimado pelo Banco Central foi de R\$ 45 bilhões.

O custo total do reajuste salarial para 1,6 milhão de servidores da União é de R\$ 10,2 bilhões. As despesas previstas para o Judiciário Federal e o MPU são de, respectivamente, R\$ 964 milhões e R\$ 123 milhões.

Os servidores destes setores estão com os salários congelados há seis anos e oito meses.



Foto Arquivo Sindjus-AL

Ato de servidores e outros setores em Maceió (AL), na visita da presidenta Dilma, em agosto de 2012

Servidores lançam campanha e voltam a apostar na unidade

Campanha de 2013 começa e busca repetir a unidade que fez da greve de 2012 a maior em 12 anos e agregar forças pela 'data-base' e pelo fim da discriminação aos aposentados

As reivindicações centrais da campanha salarial unificada do funcionalismo federal, lançada com ato em Brasília no dia 20 de fevereiro, repetem os principais itens da pauta que no ano passado uniu a categoria na maior greve conjunta do setor dos últimos 12 anos.

Os servidores outra vez apostam na unidade para pressionar o governo Dilma Rousseff (PT) e obter avanços no atendimento das reivindicações. Preparam participação conjunta na Marcha a Brasília marcada para 24 de abril.

A pauta protocolada em janeiro pelas entidades no Planejamento, Planalto, Congresso, STF e MPU tem como primeiro ponto a fixação da data-base em 1º de maio. Também cobra uma política salarial permanente que reponha a perda inflacionária, valorize o salário-base e incorpore gratificações.

Os servidores pedem o fim de todas as formas de privatização nos serviços públicos, rejeitam as possíveis reformas da Previdência e querem que sejam retirados do Congresso Nacional projetos de lei contrários à categoria. Defendem também a paridade entre trabalhadores ativos e aposentados.

A intenção de repetir a unidade da campanha de 2012, que reuniu 32 entidades sindicais nacionais, reflete o peso e a repercussão alcançada por aquela mobilização conjunta.

A fragmentação e a imposição de acordos segmentados pelo governo ao final das negociações é um problema a ser combatido, mas que não ofusca a importância de articular ações políticas conjuntas.

A quase reapresentação da mesma pauta da campanha passada mostra que, apesar da força da greve, o governo jogou duro e não atendeu aos principais eixos reivindicatórios – além de conceder reajuste incapaz de repor a inflação.

O impacto da greve e a quebra do congelamento, no entanto, foram vitórias que contribuem para a retomada das mobilizações neste ano. “O nosso foco agora tem que ser a data-base”, defende Cleber Aguiar, do TRF de São Paulo e diretor do Sintrajud-SP, que participou do lançamento da campanha em Brasília.

Preparar a participação do Judiciário Federal e do MPU nesta luta conjunta é um dos desafios do 8º Congrejufe.

Foto: Valcir Araujo

Após ‘lavar as mãos’ na definição do Orçamento, STF desrespeita servidores ao adiar reajuste



Servidores na Marcha a Brasília de agosto, na campanha salarial 2012

O presidente do STF, Joaquim Barbosa, ‘lavou as mãos’ na reta final da definição do Orçamento da União para 2013. Não fez um único pronunciamento contestando o reiterado atropelo à proposta orçamentária do Poder Judiciário – outra vez a independência entre os poderes foi ignorada.

No entanto, resolveu agir quando o Congresso Nacional não votou a Lei Orçamentária: agir contra os servidores, ao condicionar o pagamento do reajuste à aprovação do Orçamento.

“É um desrespeito com a categoria. O reajuste é pequeno, mas foi conquistado pelos servidores na luta e tem que ser pago”, critica Adilson Rodrigues, ex-dirigente da Fenajufe e diretor do Sintrajud.

Ao decidir adiar o pagamento, o ministro nem sequer ouviu as entidades sindicais representativas dos servidores. É um começo que não agrada e preocupa.

As principais reivindicações

- Fixação da data-base em 1º de maio
- Paridade entre ativos e aposentados; fim da taxaço
- Política salarial permanente, reposição das perdas, valorização do salário-base e incorporação das gratificações
- Cumprimento dos acordos firmados pelo governo
- Contra qualquer reforma que retire direitos
- Retirada de todos os projetos e decretos contrários aos interesses dos servidores; supressão do artigo da LDO que define o prazo de 31 de agosto para que sejam encaminhados projetos que reestruturam carreiras e reajustam salários

LUTAFENAJUFE!
Opinião Nacional

Jornal do Movimento Nacional de Oposição no Judiciário Federal e Ministério Público da União

Jornalista responsável: Hécio Duarte Filho Diagramação: wal pinto

Endereços: lutafenajufe@terra.com.br / www.lutafenajufe.org.br

Plano de Carreira: valorizar o servidor, corrigir distorções, respeitar todos os direitos e unir a categoria

8º Congresso da Fenajufe é oportunidade para elaborar as bases da construção de proposta de plano de carreira que valorize o servidor e una a categoria



Foto Arquivo Pessoal

Na greve pelo PCS, em Salvador (BA), denúncia da repressão ao movimento

A história dos trabalhadores do Judiciário Federal e do MPU pode ser dividida entre antes e depois do início das grandes lutas pelos planos de cargos e salários.

É com a greve de 1996 que o patamar salarial dá um salto de qualidade e valorização. De lá para cá, foram três PCS aprovados, todos em meio a políticas de congelamento salarial, além de aumentos de gratificações, incorporação de passivos e defesa da paridade entre ativos e aposentados.

Em todas essas lutas a unidade da categoria foi determinante. Não é arriscado dizer que, sem isso, dificilmente os resultados seriam os mesmos.

É na luta pelo PCS-4, porém, num processo fomentado pela política de congelamento salarial dos governos Lula e Dilma, que se observa a mais expressiva cisão na categoria - o que facilitou a vida do governo.

Agora é hora de construir as bases para recompor e fortalecer a unidade nacional dos servidores do Judiciário e MPU, a ser costurada sob certos princípios, dentre eles o de que não se entrega direitos de trabalhadores.

Plano de Carreira

A luta pela reposição das perdas salariais é uma constante, agravada pelo sistemático desrespeito à data-base. É uma batalha que não pode ser relegada a segundo plano e deve ser construída com o conjunto do funcionalismo.

O movimento LutaFenajufe avalia, porém, que nos últimos anos fez falta a referência num modelo de plano de carreira, que não só valorize o servidor, como permita corrigir distorções e apontar perspectivas profissionais para a categoria.

Não custa lembrar que o PCS-4 nasce como plano de carreira que, no meio do caminho, é abandonado por pressão do STF e manobra de setores sindicais ligados ao governo - tudo sob o argumento de que aprovar o PCS-4 seria mais fácil e rápido.

Apontar as diretrizes para elaboração e defesa de um plano de carreira que não abra mão de direitos, corrija distorções, valorize o servidor e os serviços públicos e aponte para a unidade da categoria: tarefas para o congresso nacional da federação.

LutaFenajufe:

o que defendemos

O movimento LutaFenajufe reúne servidores, sindicatos e oposições sindicais de várias partes do país. Nasceu da necessidade de unir os que acreditam que os sindicatos, a federação e as centrais sindicais têm que atuar de forma independente e autônoma diante de governos e administrações, os nossos 'patrões'.

Algo que parcela significativa das direções sindicais atuais não fazem mais, ligadas que estão ao

governo federal nos últimos 12 anos (Lula/Dilma).

O LutaFenajufe defende a autonomia dos sindicatos e da federação para que a categoria tenha instrumentos fortes para defender seus direitos.

Enfim, para ajudar a construir uma sociedade mais justa. Se você concorda com a necessidade de mudar a direção da Fenajufe e redefinir sua atuação, junte-se a nós.



Em todo o mundo, trabalhadores resistem e lutam para preservar direitos

A receita dos governos para resolver a crise econômica e capitalista mundial tem sido aumentar a exploração do trabalho e reduzir direitos sociais e previdenciários.

Seja na Europa, na África ou na América, o remédio aplicado sempre mexe com os trabalhadores. Em boa parte das vezes, o alvo central são os servidores públicos. No Brasil, embora de forma não admitida, isso se ex-

pressa no congelamento salarial, nas terceirizações e privatizações, e nas propostas que reduzem direitos previdenciários e trabalhistas.

Mas há resistência tanto aqui quanto no mundo - greves gerais na Grécia, Espanha, Portugal e protestos por toda Europa, assim como as mobilizações nos países árabes. Em todos os lugares, os trabalhadores lutam para manter seus direitos.

Congresso em abril: eleger uma nova direção

É no congresso nacional da categoria, organizado pela federação nacional em abril, que representantes eleitos nas assembleias nos estados, que acontecem até 16 de março, podem debater todas estas questões. É o momento de recolocar a Fenajufe na rota da autonomia e independência sindical.

É também o momento de planejar as campanhas e lutas do ano e de traçar as reivindicações centrais da categoria.

É oportunidade ainda para reafirmar valores democráticos na organização sindical nacional do setor, que nos últimos tempos não têm sido muito respeitados - com a substituição de reuniões ampliadas, com participantes eleitos em assembleias, por reuniões restritas a um representante por sindicato. O 8º Congrejufe é a instância máxima deliberativa da federação. É onde a categoria pode dar outro rumo para esta história

Chega de 'falsos acordos' com o governo: Por uma nova direção na Fenajufe

Ligação da maioria dos dirigentes da federação com o governo fez com que em muitos momentos da campanha pelo PCS-4 a preocupação maior fosse forjar acordos inexistentes, frear as lutas e evitar mais desgaste para o governo

Mais realistas que o rei. A política de congelamento salarial, primeiro do governo Lula, depois da Dilma, deixou os servidores do Judiciário Federal e do MPU sem a revisão do Plano de Cargos e Salários, o PCS-4. Mas quem não souber disso e pesquisar nos arquivos de notícias de algumas entidades sindicais, por algumas vezes pode ter a impressão de que o PCS-4 saiu e há quase três anos atrás.

Sim, mais realista que o rei, no dia 27 de julho de 2010 a direção do sindicato de Brasília, o Sindjus-DF, publicava na manchete de seu boletim semanal: "PCCR está definido". PCCR, no caso, é o PCS-4.

Logo abaixo, no subtítulo, a confiança cega no governo e no STF: "Peluso garante: PL 6613 será votado após as eleições; conteúdo permanecerá como está; reajuste dos servidores sairá em quatro parcelas semestrais. E o mais importante: recursos já estão na previsão orçamentária do Judiciário".

Na página seguinte, mais confiança: "Agora Sim", estampava a manchete da segunda página. E para não haver dúvidas de que a tabela salarial com 56% de reajuste médio nos itens básicos da remuneração – ou 33% sobre a massa salarial – estava garantida, outra expressão definitiva no início do texto: "Agora fechou". E por aí vai.



Foto Valcir Araujo

Servidores do Judiciário e MPU acampam pela primeira vez nos gramados do STF, no final de 2011: categoria em luta

Governo ou sindicato?

A direção do Sindjus-DF tem algo muito em comum com o setor majoritário que dirige a Fenajufe: é composta em sua maioria por sindicalistas que apóiam o governo.

Tal proximidade é que leva a situações como essas, que trazem não apenas informações erradas, mas consequências: desarmam a categoria para lutar por seus direitos e por vezes criam situações que podem dividir os servidores. Não por acaso, Brasília não participou da greve reiniciada no segundo semes-

tre de 2010 – afinal, estava tudo fechado e resolvido.

Diz o ditado que um raio não cai duas vezes num mesmo lugar. Mas, nesse caso, a cena se repetiu – como quando estes mesmos sindicalistas negaram problemas com a GAJ 100%. Talvez não obra do acaso, nos dois casos era véspera de eleições – quando fabricar vitórias e ilusões pode evitar greves que 'atrapalhem' a eleição do "nosso governo" e ajudar a eleger "nosso deputado".

O movimento LutaFenajufe reúne servidores que têm a convic-

ção que sindicatos não podem se misturar com governos e empresários. Não dá. Os interesses são divergentes.

É preciso manter a independência para que se possa organizar as lutas e se contrapor aos projetos e políticas que ataquem os trabalhadores.

É este o papel do sindicalista. É este o papel da Fenajufe, que tem uma história de luta e autonomia diante de governos e administrações que deve ser resgatada, para que, nas próximas campanhas, o 'Agora Sim' não se repita.

Agora sim?



Ao lado e acima, reprodução das páginas do boletim do Sindjus-DF, que em julho de 2010 já comemorava a conquista do PCS-4 e desinformava e desarmava a categoria para as lutas ainda necessárias

Histórico das greves inclui defesa de serviços públicos para população

Jamais alguém morreu nos hospitais por conta das greves; milhares morreram pelas políticas dos governos do PT, PSDB, PMDB e DEM, que querem domesticar esse direito

Não há, na história das greves dos servidores, registro de morte em hospitais por conta de paralisações. O mesmo, no entanto, não se pode dizer de milhares de vítimas fatais da política de saúde dos governos federal, estaduais e municipais.

A constatação foi exposta no seminário nacional do funcionalismo que debateu o direito de greve e o acordo coletivo de trabalho, em fevereiro, em Brasília. E demonstrou o quanto há de demagogia no discurso de quem defende restringir o direito de greve regulamentando-o.

Tanto o governo e seus partidos - como o PT, o PMDB e o PSB -, quanto a oposição PSDB/DEM usam como argumento para isso a suposta proteção da população.

Projetos

O seminário, que reuniu perto de 600 servidores das três esferas no auditório Nereu Ramos, na Câmara, teve como ponto de unidade a defesa do direito de greve. Mas expôs diferenças entre as entidades sindicais sobre como fazer isso.

Tramitam no Congresso projetos que 'regulam' a greve nos serviços públicos, entre eles o do senador Aluísio Nunes (PSDB-SP), o mais restritivo. As centrais sindicais que possuem laços com o governo - como a CUT, a CTB e a Força Sindical - levaram uma proposta à Secretaria-Geral da Presidência.

Também apresentou projeto de lei sobre o tema o deputado federal Policarpo (PT-DF). Ex-dirigente da Fenajufe e do Sindjus-DF, recebeu críticas por fazer isso sem ouvir a categoria. A proposta permite o desconto dos dias parados se não houver 'acordo' entre as partes. "O projeto do senador Aluísio Nunes é muito ruim, mas todos têm problemas", diz Saulo Arcangeli, dirigente da Fenajufe e da CSP-Conlutas

Ele considera um erro defender o que for menos pior. "Temos que olhar para a conjuntura, qualquer projeto que a gente defenda vai ser modificado no Congresso, vamos apenas legitimar este ataque do governo", observa Saulo.

Para ele, a regulamentação se dá na prática de um movimento que, ao contrário dos que o combatem, é também em defesa dos serviços públicos, de qualidade e gratuitos.



Servidores durante greve no ano passado, em frente ao TRE de SP, onde houve grande repressão contra a paralisação

'Direito de greve' não pode ser trocado por suposta negociação coletiva, dizem servidores

A defesa da negociação e do acordo coletivo de trabalho para o funcionalismo é importante, mas não pode ser 'moeda de troca' com o governo nas discussões sobre o direito de greve.

Tal concepção, levada pelos setores que propõem lutar contra todos os projetos que tentam 'regulamentar' o direito de greve, foi bem recebida no seminário que debateu o tema em Brasília.

"Ninguém é contra a negociação, mas tem armadilhas", diz o servidor Tarcísio Ferreira, que participou do seminário. "O debate serviu para acumular um pouco mais e mostrar que não há consenso de que esse é o melhor momento para fazer essa discussão com o governo", resume.

A proposta elaborada pelas centrais próximas ao Planalto não empolgou. Tanto pela avaliação de que a conjuntura e a composição do parlamento abrem poucas possibilidades para propostas favoráveis aos trabalhadores neste campo, quanto pelo fato de que acordos firmados com o governo numa negociação coletiva têm que passar pelo Congresso. A lei não obriga o governo a cumprir o que assina.

Destacou-se ainda a preocupação de cair numa armadilha e acabar legitimando a investida do governo contra o direito de greve. "A greve é o instrumento de pressão objetiva para a negociação, não podemos abrir mão dela", alerta Tarcísio.

"Não haveria mais serviço público sem as greves", diz professor

As greves nos serviços públicos não serviram apenas para lutar por direitos corporativos, e legítimos, dos trabalhadores: também tiveram papel fundamental na defesa dos espaços públicos para a sociedade.

Quem afirma é o professor Luiz Henrique Schuch, dirigente do Sin-

dicato Nacional dos Docentes (Andes-SN), que criticou os projetos sobre o direito de greve. "Nós não teríamos hoje mais os espaços públicos das universidades públicas, [são] greves em defesa da sociedade, da educação, da saúde", disse, durante seminário realizado no Rio de Janeiro.

Ele se contrapôs ao discurso de que as greves prejudicam a população sustentando que sem elas não haveria mais saúde, educação e outros serviços públicos. "O funcionalismo fez greve neste país quando era proibido fazer greve, quando era proibido se organizar em sindicato", disse, referindo-se ao período da ditadura militar.

Aliada ao governo, CUT se nega a defender anulação de reforma

Movimento LutaFenajufe propõe que 8º Congrejufe rompa com a CUT, central que defende mais o governo do que os trabalhadores

A Central Única dos Trabalhadores se recusou a assinar o cartaz da luta nacional do funcionalismo pela anulação da reforma da Previdência aprovada em 2003. Em vez disso, promove atos e campanha pela anulação do julgamento do STF que levou à condenação do ex-ministro José Dirceu e outros 24 réus, envolvidos no 'mensalão', o esquema de compra de votos e apoio político no primeiro mandato do governo Lula.

A campanha organizada pelo Fórum Nacional das Entidades dos Servidores Federais tem cartaz cujo mote é a frase "Reforma Comprada Tem Que Ser Anulada".

A CUT comunicou a decisão por meio de nota ao fórum: "(...) Ratificamos nossa posição contrária à Reforma objeto da campanha, mas, porém, com relação ao mérito da campanha que tem como tese a caracterização da compra de votos no Congresso Nacional para aprovação da Reforma da Previdência de 2005 [na verdade, 2003], entendemos ser uma tese de nível de controvérsia técnica e política muito complexa", diz trecho do documento, assinado pelos diretores da CUT Vagner Freitas, Sergio Nobre e Pedro Armengol.

A reforma da Previdência de 2003 reduziu as aposentadorias e pensões de servidores, taxando-as e pondo fim ao benefício integral. Adiou por anos o sonho da aposentadoria e culminou na privatização via fundos de pensão, o Funpresp.

Ao se recusar a apoiar a campanha pela anulação, a CUT reflete sua face governo. O movimento LutaFenajufe defenderá, no 8º Congresso da federação, o rompimento imediato com esta central.



Acima, o ex-ministro chega para ato pela anulação do julgamento no Rio, amparado por militantes da CUT; ao lado, detalhe do ato no Rio, que teve participação de Ponciano, dirigente do Sisejufe-RJ; abaixo, o deputado Policarpo no ato do PT em Brasília, também de apoio aos condenados do 'mensalão'

ANÁLISE

Do lado de quem?

Eram os primeiros meses de Lula, eleito com apoio popular. Nada de popular, porém, teve a primeira medida de impacto do governo. A reforma da Previdência petista levou quase 60 mil trabalhadores a Brasília em menos de oito meses de gestão, num grande ato contra o projeto.

Impopular, o governo teve dificuldade para aprovar a reforma, a Emenda 41. Ameaças, bravatas e expulsão de deputados petistas 'infiéis'. Para fugir da multidão que marcharia sobre Brasília naquela quarta-feira de agosto de 2003, antecipou-se a votação na Câmara: de madrugada, com as galerias vazias apesar de uma liminar do STF 'assegurar' o acesso popular à 'Casa do Povo'. Assim os deputados votaram o projeto.

Lados bem definidos: os que há pouco sentaram no banco dos réus do 'mensalão' tinham e tem como aliados boa parte da velha e reacionária política nacional: o PTB de Roberto Jefferson (que depois denunciaria o esquema e, curioso, até hoje é aliado do PT e de Dilma); as oligarquias e os latifundiários; o empresariado ávido por reduzir direitos e faturar com os fundos de pensão; os partidos conservadores, da direita inclusive; o FMI e o Banco Mundial; e a mídia 'golpista' que tanto apoiou a reforma deles.

Eles negam a compra de votos. Mas reconhecem que houve caixa dois eleitoral e repasse irregular de dinheiro para partidos. Reconhecem crimes já prescritos. No mínimo, admitem a compra de votos indireta. Triste saber que tudo tenha sido montado com tão vil intenção: reduzir aposentadorias e pensões.

Lula Marques/Folhapress

Central patrocina atos pró-condenados e por anulação do julgamento do STF

Participação de deputado Policarpo, ex-dirigente da Fenajufe, em ato de apoio a José Dirceu recebe críticas na categoria

"É hoje, às 19h, na ABI, ato público pela anulação do julgamento do mensalão". É esse o título de mensagem enviada pela CUT para convocar ato político ocorrido no Rio de Janeiro, no dia 30 de janeiro, que teve como convidado especial o ex-ministro petista José Dirceu, condenado a dez anos e dez meses de prisão pelo STF por comandar o 'mensalão'.

Patrocinada pela CUT-RJ, a atividade marcou o lançamento da

campanha pela anulação do julgamento. O ex-ministro foi recebido com festa pelos cutistas: "Dirceu, guerreiro, herói do povo brasileiro", gritavam. A certa altura, da platéia, um militante do PT gritou: "Viva Lula, viva Dilma". Coube a Julio Turra representar a CUT nacional, que apoiou a campanha e reforçou a tese de que a direita conspira contra o PT. Durante todo o ato, nem uma única palavra sobre a campanha pela anulação da reforma da

Previdência.

A decisão da central de patrocinar atos de apoio aos 'mensaleiros' gerou críticas na base de muitos sindicatos da CUT. O mesmo ocorreu diante da participação de dirigentes sindicais e do deputado federal Roberto Policarpo (PT-DF) em ato similar em Brasília, promovido pelo PT, no dia 5 de fevereiro. Policarpo compôs a mesa do evento, ao lado de José Dirceu.

“Se esse plenário decidir que houve fraude, que a consciência dos parlamentares foi comprada na votação das reformas, deve ser colocada em xeque a sua validade”. A frase é do ministro Ricardo Lewandowski, dita no julgamento do ‘mensalão’.

A afirmação do atual vice-presidente do Supremo Tribunal Federal e então revisor do processo que condenou um dos comandantes da reforma da Previdência de Lula, o ex-ministro José Dirceu (PT), e mais 24 acusados tinha ares de ameaça e de apelo a seus pares para que revissem a tendência do julgamento.

Não surtiu efeito. Sem querer, porém, Lewandowski reforçou a tese de que a reforma que taxou benefícios, privatizou a Previdência dos servidores e adiou por anos o sonho de aposentadoria tem que ser anulada.

Ao longo do julgamento, a maioria dos ministros do STF constatou que houve compra de votos. Muitos citaram a reforma da Previdência.

Campanha nacional

Diante do resultado do julgamento, entidades retomaram uma campanha que já havia sido lançada pela CSP-Conlutas e outras entidades pouco tempo depois do escândalo do ‘mensalão’ vir à tona, em 2005.

À época, pedido de anulação foi encaminhado à Procuradoria-Geral da República, que alegou que ele só poderia ser considerado caso ficasse comprovada a compra de votos.

Três ações de inconstitucionalidade, do Psol e de duas entidades sindicais, contestam a reforma no STF. A relatora é Carmen Lúcia, que solicitou ao Congresso informações sobre o que aconteceu na votação da reforma (Emenda Constitucional 41).

Há forte pressão para que tudo fique como está. Tese de que a anulação abriria uma crise institucional tenta justificar a convivência com a fraude.

A assessoria da Câmara alegará que a compra de votos não afetou o resultado. Tenta-se passar a ideia de uma votação tranquila. Não foi. A matéria foi a voto de madrugada, horas antes da marcha contra o projeto com quase 60 mil pessoas baixar em Brasília. Três deputados e uma senadora do PT foram expulsos ao votar contra o Planalto.

A reforma da Previdência custou caro à vida de muitos servidores, que seguem pagando por ela. “Reforma comprada tem que ser anulada”, diz cartaz da campanha. Sabe-se que o caminho que separa o slogan da anulação é longo. Mas, com mobilização, é possível mudar esta história.



Manifestantes no Congresso Nacional na marcha que levou quase 60 mil a Brasília no dia da votação da reforma da Previdência, em agosto de 2003: uma luta que não terminou

Campanha quer anular reforma que reduziu aposentadorias

Após condenar ‘mensaleiros’ e constatar que houve compra de votos, STF terá que decidir se anula reforma de Lula ou se lei comprada também vale

Enquanto livra empresas de pagar Previdência, Dilma quer cortar pensões e impor idade mínima

Não pára de crescer a lista de setores empresariais beneficiados pelo governo Dilma Rousseff (PT) com isenção no pagamento da contribuição previdenciária sobre a folha salarial. Em fevereiro, a Câmara dos Deputados aprovou medida provisória que estende o ‘benefício’ a mais duas dezenas de segmentos.

Essas empresas agora pagam alíquota de 1% a 2% sobre a receita, uma renúncia fiscal estimada em R\$ 16,5 bilhões em cinco anos.

De acordo com declarações do

ministro da Fazenda, Guido Mantega, a meta é estender a medida a toda economia. O impacto nas contas da Previdência é grande, uma bomba-relógio que poderá ser usada para justificar novos cortes na aposentadoria dos trabalhadores.

Mas mesmo agora, enquanto livra empresários de pagar a Previdência, o governo tenta impor a idade mínima para a aposentadoria também no setor privado. A fórmula que fixa a soma do tempo de contribuição com a idade como requi-

sito para requerer o benefício foi majorada para 95 anos, no caso das mulheres, e 105 anos, no caso dos homens. O governo também anunciou a intenção de reduzir e cortar o direito à pensão por morte de conjugue, o que prejudicaria principalmente as mulheres.

A justificativa para tais projetos, que podem atingir os servidores, é sempre o suposto ‘rombo’ nas contas da Previdência, rombo ignorado na hora de desonerar as grandes empresas.